



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**SEDE/DAPC - Diretoria de Arranjos Produtivos Locais e Cooperativismo**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO -  
2025**

**Data:** 03/06/2025

**Horário:** 13:30 às 16:00

**Local da Reunião:** Plataforma Teams

**Pautas Tratadas:**

- I - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2025;
- II - Atualização das ações relativas às demandas;
- III –Levantamento de novas demandas;
- V - Informes.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às treze horas e trinta minutos, realizou-se, por meio de videoconferência, a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP, no exercício de 2025, conforme convocação prévia. A reunião foi aberta pela Sra. Juliane Oliveira, que, após a verificação de quórum mediante registro de presença via QR Code e aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária pelos conselheiros presentes, convidou a ex-presidente do Conselho, Sra. Kathleen Garcia, para uma manifestação de encerramento de sua gestão. Em sua fala, a Sra. Kathleen agradeceu a oportunidade de presidir o CECOOP desde dezembro de 2023, destacando os avanços obtidos durante sua gestão, o comprometimento dos membros e o fortalecimento institucional do colegiado. Aproveitou o momento para apresentar oficialmente o Sr. Bruno Araújo Oliveira como seu sucessor na presidência, expressando confiança na continuidade e qualificação das ações desenvolvidas. Na sequência, o novo presidente, Sr. Bruno Araújo, manifestou-se agradecendo a confiança a ele conferida e reafirmando o compromisso com o fortalecimento das diretrizes do Conselho, o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao cooperativismo e o aprofundamento da articulação institucional entre os entes representados. Encerrada a transição da presidência, deu-se início ao ponto de pauta referente à atualização das demandas em andamento. A primeira demanda tratada foi do **ramo Agropecuário**, com destaque para o projeto de reconhecimento dos saberes e ofícios da produção cafeeira como patrimônio cultural de Minas Gerais. A iniciativa, elaborada por uma fundação de apoio com anuência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), visa à captação de recursos voltados à pesquisa e formalização do referido registro. A proposta encontra-se, até a presente data, em fase de análise técnica, conforme atualização realizada em 27 de maio de 2025. Na sequência, discutiu-se a demanda apresentada pelo **ramo Crédito**, relativa aos emolumentos incidentes sobre as cédulas de crédito bancário vinculadas a operações rurais. Ressaltou-se que, até o momento, não houve manifestação formal por parte do FRENCOOP sobre o tema. O conselheiro suplente Sr. Samir Colozio Melles pontuou que se trata de matéria de elevada complexidade, uma vez que envolve potencial renúncia de receita estadual. Informou, ainda, que o deputado estadual Antônio Carlos Arantes tem mantido diálogo com o deputado Roberto Andrade e com o Dr. Francisco Simões, representante da FAEMG, a fim de buscar o devido acompanhamento técnico da proposição. Posteriormente, foram discutidas as pautas encaminhadas pelo **ramo Saúde**, abrangendo os seguintes tópicos: interoperabilidade de dados epidemiológicos; terapias

de alto custo; sistematização do cuidado assistencial em doenças raras; judicialização da saúde; e o compartilhamento de dados epidemiológicos. Sobre este último ponto, registrou-se que a demanda já se encontra em tratativas avançadas junto aos órgãos competentes. Ainda no escopo do ramo Crédito, foi apresentada nova demanda relativa à viabilidade de **realização de transferências de recursos do Governo de Minas Gerais diretamente para contas mantidas por prefeituras em cooperativas de crédito**, especialmente naquelas localidades em que o sistema cooperativo representa a única presença bancária institucional. Argumentou-se que o **Sistema Cooperativo de Crédito Nacional (SCNN)** possui capilaridade superior à dos bancos públicos e privados, com atuação consolidada em 706 municípios mineiros, número expressivamente maior do que o do Banco do Brasil, cuja presença se restringe a 319 municípios. Ressaltou-se, ainda, o histórico de parcerias firmadas entre o SCNN e o Governo do Estado, como o convênio de arrecadação de IPVA — com volume estimado superior a R\$ 2 bilhões —, além de colaborações com secretarias, autarquias e empresas públicas estaduais na execução de políticas públicas diversas. Diante desse contexto, propôs-se que a **Secretaria de Estado de Fazenda (SEF)** avalie a possibilidade de realizar os repasses do IPVA (cujo percentual de 30% é constitucionalmente destinado aos municípios) e demais transferências mensais obrigatórias (tais como ICMS, Fundeb e outros) por meio das cooperativas, desde que assim optem os entes municipais. Ressaltou-se que as **Leis Complementares nº 161/2018 e nº 196/2022** conferem respaldo jurídico para tal procedimento, assegurando a legalidade e viabilidade da operação. Tal medida contribuiria significativamente para a inclusão financeira da população, além de fortalecer a autonomia e a capacidade de investimento dos municípios. Além disso, registrou-se que o sistema cooperativo atende mais de 200 **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)** e **Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs)**, garantindo o pagamento de aposentadorias e pensões do INSS e proporcionando acesso ao crédito a produtores rurais e empreendedores de pequeno porte. O conselheiro **Elson Rocha Justino**, representante do ramo Crédito, reforçou que a proposta tem o objetivo de contemplar, prioritariamente, os municípios onde **apenas as cooperativas estão presentes**, sendo esta a única via de acesso financeiro institucional. Enfatizou que permitir às prefeituras o recebimento de transferências em contas mantidas em cooperativas representa um avanço em termos de equidade territorial e justiça financeira. Por fim, foi registrada a **manifestação da Sra. Antônia Maria dos Reis Lima**, suplente do ramo Consumo no CECOOP, sobre a necessidade de fortalecimento de iniciativas voltadas ao combate à pobreza e à geração de renda. Contudo, em virtude de sua ausência na reunião, o tema não pôde ser aprofundado. Encerradas as deliberações e informes, foi realizada a **apresentação formal de todos os membros do colegiado**, conforme sugestão do conselheiro **Geraldo Magela da Silva**, que ressaltou a importância da integração entre os representantes e destacou a presença de novos integrantes no Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Juliane Oliveira às **quatorze horas e quarenta e cinco minutos**, sendo lavrada a presente ata para os devidos fins de registro e arquivamento institucional.

#### **Demandas alinhadas durante a sessão:**

- Agendar com a SEPLAG, SEF, OCEMGE e o Sr.Elson - Demanda de crédito.
- Encaminhar modelo do Acordo de Cooperação Técnica da FAPEMIG, para o ramo Saúde; e
- Acompanhar as outras demandas.

#### **Participantes:**

- Alexandre Gatti Lages
- Antônio Carlos Bagle
- Bruno Araújo Oliveira
- Camila Chagas Rabello
- Diogo Melo Franco
- Elson Rocha Justino
- Evaldo Moreira de Matos

- Felipe Paschoal de Moura
- Frederico José Amedee Peret
- Geraldo Magela da Silva
- Isabela Chenna Pérez
- João Augusto Oliveira Fernandes
- José Ailton Junqueira de Carvalho
- Marcela Amorim Brant
- Marco Antônio Mendonça Gaspar
- Marco Valério Araújo Brito
- Marcos Leisson Alves
- Maria das Mercês Quintão Fróes
- Nathália Pimentel de Matos
- Raquel Caroline da Silva
- Samir Colozio Melles
- Samuel Flam

**Referência:** Processo nº 1220.01.0000542/2025-37

SEI nº 116319391